

LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA: JOGOS DE SENSIBILIDADE

Heloisa Helena Ribeiro de Miranda (IFRO)¹

Resumo: O texto se propõe a realizar um debate entre os limites epistemológicos estabelecidos entre História e Memória, desenvolvidos por Maurice Halbwachs (2003), Philippe Joutard (2007), Tzvetan Todorov (2000), Pierre Nora (1993) e Paul Ricoeur (2003), relacionando - os ao conceito de literatura composto por Roland Barthes (1977), com o intuito de identificar como a literatura se transfigura em um espaço, no qual a sensibilidade da memória contribui para a escrita da história. Para tal, faremos uso da escritura do uruguaio Eduardo Galeano, no texto "Palabras Perdidas" retirado da obra *Espejos: una historia casi universal* (2008, p. 103).

Palavras-chave: Literatura, História e Memória

Introdução

Não há complexidade maior que mourejar com palavras. Nomeadoras compulsivas, elas nos permitem identificar, compreender e, principalmente, interpretar as coisas, os seres e o mundo. Lidar com sua singularidade não é tarefa fácil, já que cada uma, dependendo de seu contexto, transfigura-se em um espaço infinito de significações. Nesse sentido, podemos compará-las às substâncias líquidas, as quais não encontram barreiras e nem limites.

Limite, eis aqui um exemplo, como diria Paul Valéry (1991) dessas palavras atormentadoras do espírito. Herdada do latim *limes*, é morfologicamente denominada de substantivo masculino. Atribuíram-lhe o sentido de linha cuja característica é estremar espaços próximos, podendo ser definida também como: marco, fronteira e extremo. Já para a filosofia aristotélica, o *limite* é o término de uma coisa fora do qual não tem existência, e ao mesmo tempo, constitui-se em começo de outra coisa diferente. De acordo com Heidegger (1977), a coisa forma uma substância que singulariza a existência de um ser ou de um ente. Nessa vertente, o *limite* não se compõe apenas como uma fronteira entre essencialidades, mas como ponto de finitude e de partida.

Em compensação, para a linguagem matemática, o conceito de *limite* é utilizado para descrever o comportamento de uma função, à medida que sua premissa se aproxima de um determinado valor. Como exemplo, podemos citar o comportamento de uma sequência de números reais, na proporção que o índice da sequência vai crescendo, ele se estende ao infinito. Por último, Hannerz (1997), antropólogo inglês, argumenta

¹ Graduada em Letras (UFMT), Doutoranda em Estudos de Linguagem (UFMT) Contato: heloisamiranda@hotmail.com

sobre a contribuição do processo de globalização para a diluição dos espaços demarcatórios da cultura e a composição fluída de suas identidades, afirmando que “às vezes, o limite é visível, outras vezes não. É melhor entendê-lo como um ziguezague ou uma linha pontilhada [...] que nos permitem discernir descontinuidades, tanto na dimensão social quanto na cultural” (1997, p. 17).

Para que possamos entender melhor como esse *limite*, às vezes, não se apresenta de forma tão definida, gostaríamos de tratar aqui sobre como a literatura, por meio de seu jogo com a linguagem, pode se compor como um espaço que consente uma fluidez entre extremos. Nessa perspectiva, partiremos dos *limites* epistemológicos estabelecidos entre a história e a memória, objetivando identificar, por meio da linguagem literária, seus pontos de contato ou, até mesmo, os espaços os quais permitam a solvência dessas limitrocidades.

Desse modo, o texto se propõe a realizar um debate entre os limites epistemológicos estabelecidos entre História e Memória, desenvolvidos por Maurice Halbwachs (2003), Philippe Joutard (2007), Jacques Le Goff (2003), Tzvetan Todorov (2000), Pierre Nora (1993) e Paul Ricoeur (2003), relacionando - os ao conceito de literatura composto por Roland Barthes (1977), com o intuito de identificar, como a literatura se transfigura em um espaço, no qual a sensibilidade da memória, não apenas contribui para a escrita da história, mas também como a linguagem literária corrobora para a materialidade da própria sensibilidade histórica. Para tal, faremos uso da escritura do uruguaio Eduardo Galeano, no texto "Palabras Perdidas" retirado da obra *Espejos: una historia casi universal* (2008, p. 103).

1. Dos limites entre a história e a memória

Iniciamos nossa jornada pelo universo da história e da memória com as contribuições do historiador francês Jacques Le Goff (2003) que define a história como uma ciência ambígua em si mesma, posto que deseja ser objetiva, mas não é; deseja reviver os acontecimentos do passado, mas apenas pode recordá-los no presente. Essa composição inexata da história, segundo Le Goff, reside na ânsia que ela possui em ser neutra, mas acaba por se esbarrar na subjetividade da interpretação dos sujeitos que a compõe. Afirma ainda, que a história só se constitui como tal, na proporção que não admite nem um discurso absolutamente racional, muito menos um exclusivamente subjetivo.

[...] A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil, justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato. A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da lonjura histórica (LE GOFF, 2003, p. 22).

Para o historiador, é esse aspecto hesitante que permite uma prática interpretativa da história, concebendo-a como um elo entre o vínculo social e todas as suas dimensões, bem como, o ponto de junção de suas práticas e de suas representações. Esse modo de compreender a história, em suas nuances subjetivas, surge em oposição à sua acepção positivista. Esclarece-nos Le Goff que, até o século XIX, a história era direcionada por essa perspectiva científica, defendendo que era dever do historiador encontrar os fatores que determinassem a verdade histórica, cuja veracidade seria encontrada em documentos oficiais, submetidos a criteriosos métodos de validação; desconsiderando, desse modo, qualquer aspecto subjetivo no fazer histórico. Entre essas subjetividades, desconsiderava-se, principalmente, a subjetividade da memória.

Em relação à memória, Paul Ricouer em *A memória, a história e o esquecimento* (2003) argumenta que se deve ao sociólogo francês, Maurice Halbwachs (2003), a ousadia de atribuir à memória sua instância social. No que concerne à memória, Halbwachs defende que ela é composta por um infinito arquivo de lembranças do passado, sendo constituídas por imagens, as quais se relacionam diretamente ao envolvimento emocional dos sujeitos. Dessa maneira, a capacidade de armazená-las está condicionada ao grau de afetividade dos agentes envolvidos. E, mesmo que estejamos a sós, afirma Halbwachs, elas nunca serão, exclusivamente, nossas.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

É partindo dessas reflexões a cerca das peculiaridades da memória, que o teórico compreende que ela se constitui dicotomicamente em: memória coletiva e individual. Por memória coletiva, Halbwachs a concebe como sendo a faculdade de criar uma conexão entre as nossas lembranças e as lembranças de outras pessoas ou, outros

grupos. Dessa forma, constituindo-se em virtude de experiências compartilhadas, que não precisam ser, necessariamente, lembradas da mesma forma por todos. Já a memória individual, edificada a partir da vivência do sujeito, será para o teórico, uma espécie de resíduo de impressão que pode vir a escapar do pensamento ou, da memória de uns e de outros, mas que ainda existir em nós.

Outro teórico que também realizou uma distinção, bem marcada entre história e memória, foi o historiador francês, Pierre Nora (1993), que defende a tese de que a aceleração da história está concatenada a uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto. Para Nora, essa aceleração acaba por prejudicar a memória, condenando o homem ao esquecimento, na medida em que estabelece uma distância entre a memória verdadeira, relacionada, pelo historiador, às sociedades primitivas e, seu representante do sagrado e, desse modo, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo impessoal da história. Antes “cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido” (NORA, 1993, p. 9). De acordo com Nora, a interrupção com o ritualismo da memória compõe a ruptura de um elo de identidade muito antigo, transforando a experiência da memória em objeto para a operação intelectual da história.

Entretanto, esclarece-nos Philippe Joutard (2007) que essa separação e essa sobreposição da história, em relação à memória, passam a ser questionadas. Explicando-nos que, até meados do século XX, a historiografia trazia como essência a construção de uma história que representasse o triunfo e a glória de grandes personagens; com o intuito de auxiliar na formação de um sentimento nacional, na legitimação da política, como também, uma forma de apoiar a criação de uma nação que ainda carecia de Estado. Logo depois a experiência de guerra, na concepção do teórico, a documentação que, até esse momento, era tradicionalmente utilizada na composição e compreensão da história, torna-se incapaz de alcançar o indizível, a violência e a desumanização absoluta. “O tempo da história é então substituído pelo tempo da memória, que rejeita não apenas a história-memória nacional, mas desvaloriza toda forma de história por sua ligação com o poder” (2007, p. 229).

Esclarece-nos o historiador, que a memória subalterna se compõe de uma memória modesta e, em virtude do testemunho, ela consegue romper com os limites preconizados entre história e memória. E, conclui seu pensamento, afirmando que memória e história se fortalecem a partir de uma colaboração mútua, já que a memória

possui um grande interesse em se submeter à interpretação histórica, uma vez que será essa interpretação, que lhe garantirá sua sobrevivência; em contrapartida a história, em sua perspectiva científica, possui a destreza de investigar e compreender as camadas subterrâneas da memória.

2. O espaço de reconciliação entre memória e história

Embora os jogos com a linguagem tenham começado muito antes, foi em 7 de janeiro de 1977, em sua aula magna no *Collège de France*, que Roland Barthes realiza mais que um esboço teórico. Dessa maneira, sua própria escritura pode ser vista como um índice da voluptuosidade e do desejo no modo como via, sentia e experienciava as alienações da vida diária; sua mirada microscópica não lhe concedeu somente a percepção fenomenológica de um todo singular, mas uma maneira de interpretar a complexidade contemporânea.

Nesse contemporâneo, no que diz respeito à linguagem, Barthes (1977) traz uma perspectiva sócio-histórica, depreendendo-a como um sistema organizado e articulado preexistente à humanidade. De acordo com o crítico, a linguagem serve como um meio de propagação de discursos de poder, localizados nos mais finos mecanismos de intercâmbio cultural. Entre os meios de manifestação e de disseminação do poder, a língua, na vertente barthesiana, compõe-se como o regime fascista.

Uma vez nascido nela, não nos coube escolher, restando-nos duas injunções: a asserção da língua e o gregarismo da repetição. Conforme Barthes, a axiomática da língua está ligada à sua composição enquanto código e suas leis de funcionamento. Quando enunciamos, ela nos obriga a fazer uso de seus procedimentos de seleção e de combinação, que sempre nos encaminham para a elaboração de enunciados positivos; negar, duvidar, colocar-se neutro é um “jogo de máscaras languageiras”. Em relação ao gregarismo, o teórico faz referência à repetição e ao automatismo dos signos linguísticos, que só são utilizados na medida em que são reconhecidos. Assim, interpretamos que, em Barthes, o gregarismo não está somente articulado à ossificação sígnica dos enunciados, mas também, a sua inerência ideológica. É em virtude da ideologia que o poder permanece preso aos discursos.

[...] Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir fora do poder, no esplendor de uma renovação permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura” (BARTHES, 1977, p. 14).

Já que, segundo Barthes, não nos foi ofertado a alternativa de habitar fora da língua(gem), resta-nos, então, nos tornar um conhecedor exímio de suas regras e leis para, assim, poder trapaceá-la. Desse modo, a literatura se constitui, na teoria barthesiana, como o lugar onde a linguagem pode estar à salva das malhas do poder e encontrar a liberdade ideológica do signo, uma vez que a literatura permite o refazer perpétuo da linguagem. Vejamos, então, como a linguagem literária manifesta esse jogo com a linguagem.

Palabras perdidas

Por las noches, Avel de Alencar cumplía su misión prohibida. Escondido en una oficina de Brasília, él fotocopiaba, noche tras noche, los papeles secretos de los servicios militares de seguridad: informes, fichas y expedientes que llamaban interrogatorios a las torturas y enfrentamientos a los asesinatos. En tres años de trabajo clandestino, AM fotocopió un millón de páginas. Un confesionario bastante completo de la dictadura que estaba viviendo sus últimos tiempos de poder absoluto sobre las vidas y milagros de todo Brasil. Una noche, entre las páginas de la documentación militar, AM descubrió una carta. La carta había sido escrita quince años antes, pero el beso que la firmaba, con labios de mujer, estaba intacto. A partir de entonces, encontró muchas cartas. Cada una estaba acompañada por el sobre que no había llegado a destino. Él no sabía qué hacer. Largo tiempo había pasado. Ya nadie esperaba esos mensajes, palabras enviadas desde los olvidados y los idos hacia lugares que ya no eran y personas que ya no estaban. Eran letra muerta. Y sin embargo, cuando los leía, Avej sentía que estaba cometiendo una violación. Él no podía devolver esas palabras a la cárcel de los archivos, ni podía asesinarlas rompiéndolas. Al fin de cada noche, Avel metía en sus sobres las cartas que había encontrado, les pegaba sellos nuevos y las echaba al buzón del correo.

Ao que se refere à linguagem, na qualidade de jogo, Roland Barthes, em *Elementos de semiologia* (1964), fundamenta-se na concepção de língua, elaborada por Fernand Saussure em seu *Curso de Linguística Geral* (1916), como um sistema social abstrato de seleção e de combinação de signos linguísticos, com a finalidade de estabelecer um arcabouço para a compreensão, utilização e organização dos procedimentos linguísticos dispostos na materialidade dos enunciados, disponibilizando-nos os caminhos e os métodos de trapacear com/a língua.

Logo no início do texto, esclarece-nos, Barthes (1964), que a sociabilidade e o automatismo da língua residem em um contrato social e coletivo, efetuado por nós; infelizmente, não tivemos a oportunidade de realizar uma leitura prévia da ação contratual. No entanto, para que não fôssemos tão prejudicados pela assinatura do

contrato, a língua nos ensejou a fala, que se organiza como um ato de seleção e de atualização dos signos linguísticos, realizado de modo particular pelos indivíduos. Nessa vertente, “[...] Língua e Fala estão, portanto, numa relação de compreensão recíproca; de um lado, a Língua é o tesouro depositado pela prática da Fala nos indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade” (BRONDAL *apud* BARTHES, 1964, p. 19). Desse modo, assimilamos que seja em virtude da possibilidade de particularizar a língua, por meio da fala, que Barthes encontra uma brecha para trapaceá-la.

De acordo com seu projeto semiológico, a trapaça se manifesta, indissociavelmente, tanto no plano de expressão, quanto no plano de conteúdo. Desse modo, Barthes percebe essa imanência quando reinterpreta o signo proposto por Louis Hjelmslev em *Essais linguistiques* (1959), e compreende que a complexidade dos sistemas de significação, manifesta-se por conta da associação entre os planos. Segundo Hjelmslev, qualquer sistema de significação comporta um plano da expressão (E) e um plano do conteúdo (C) e a significação coincide com a relação (R) entre os dois planos (ERC). Ao depreender essa proporcionalidade de um plano em relação ao outro, Barthes, estabelece uma contiguidade entre a forma e a substância dos signos linguísticos, dispostos no corpo da língua.

Em relação ao plano de conteúdo, Galeano traz a ação subversiva e transgressora de sua personagem Avel de Alencar, que em meio às barbáries do regime, clandestinamente, transforma um momento turvo da história do Brasil, em gesto de solidariedade humana. Tanto a sensibilidade quanto à humanidade, expressa pelo texto, só é alcançada em virtude do trabalho realizado com a linguagem. A trapaça ocorre, efetivamente, na ação subversiva da personagem, ao fotocopiar, dos Serviços de Segurança Nacional, furtivamente, informes, fichas e anotações sobre vítimas de torturas e de assassinatos, ocorridos no íterim da Ditadura Militar brasileira. Sobre os serviços de segurança, Gissele Cassol² nos informa que o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13/06/1964, com a função de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessassem à Segurança Nacional. De acordo com a historiadora, o novo órgão era diretamente ligado à Presidência da República e atendia ao presidente e ao Conselho de Segurança Nacional, afirmando que

² Texto publicado na Revista Social e Humanas (2013), acessado em 14 de novembro de 2016, <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/782/54>.

o SNI incorporou todo o acervo do Serviço Federal de Informações e Contra-
Informações (SFICI), inclusive dos funcionários civis e militares.

Mas “foi o AI-5 [13 de dezembro de 1968] que abriu as portas para a efetivação do sistema de segurança”, pois além de restabelecer cassações e suspensões de direitos políticos, suspendeu a garantia do *habeas corpus*³ por prazo indeterminado. Com estas alterações jurídicas, os militares ganharam espaço para concretizar os objetivos da “Revolução”. Teriam assim, liberdade de ação nos casos de crimes políticos e crimes contra a segurança nacional. Uma espécie de “projeto piloto” do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) foi implantado em São Paulo, cidade considerada “centro irradiador dos movimentos de esquerda”. Lançada em 1º de julho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN) reuniu as Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Estadual – Civil e Militar – com o intuito de travar uma luta anti-subversiva e anti-terrorista. (p. 4)

AI-5 é uma sigla designada a um dos 17 Atos Institucionais emitidos no decorrer do golpe militar brasileiro. Cassol nos esclarece que esses atos tinham por finalidade gerar mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, atribuindo-lhes poderes extras constitucionais, a fim de que fossem inibidas manifestações e ideologias opostas ao regime. Entre tais atos, segundo as informações da Fundação Getúlio Vargas⁴, o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, pelo então presidente Costa e Silva, produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros e, desse modo, pode ser considerado o momento mais duro da Ditadura.

Ainda no plano de conteúdo, a personagem “noche, tras noche”, durante três anos, fotocopiou milhares de documentos secretos “*Un confesionário bastante completo de la dictadura que estaba viviendo sus últimos tiempos de poder absoluto sobre las vidas y milagros de todo Brasil.*” A metáfora do confesionário construída por Galeano, pode ser interpretada com a representação de registros⁵ das ações repressoras organizadas pelos Atos Institucionais. Vale ressaltar que o texto de Galeano é produzido em 1993, e somente em 18 de novembro de 2005, que o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promulga o Decreto⁶ nº 5.584, determinando a transferência dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações

³ Grifo da autora

⁴ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>, acessado em 17 de novembro de 2016.

⁵ Relatório de ações e estratégias de tortura. Disponível em : <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/na-rhbn/a-lista-de-prestes>.

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm, acessado em 21 de novembro de 2016.

(CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) para o Arquivo Nacional e, assim, tornando pública as ações desses órgãos.

Ao refletirmos sobre as ações de tortura⁷ e de assassinato, sucedidos no período ditatorial, é possível denominá-los de “falta”, que segundo Paul Ricouer (2008) é uma inadequação existencial do ser que está sujeito ao fracasso e a solidão, sua experiência torna-se um “dado”. Para o filósofo, ela é composta por uma imputabilidade gerada pela transgressão de uma regra, que acaba por trazer consequências e danos a outrem. Embora os Atos Institucionais não configurem descumprimento das leis, uma vez que estavam amparados por uma legislação interna, eles violam os Direitos Humanos.

[...] A forma específica que toma a auto-atribuição da falta é a da confissão, *esse ato de linguagem*⁸ pelo qual um sujeito toma sobre si, assume a acusação. Esse ato tem certamente a ver com a rememoração na medida em que dentro desta já se atesta um poder de vinculação criador de história. [...] a confissão ultrapassa o abismo outro que aquele que separa a culpabilidade empírica da inocência que pode ser chamada de metódica, a saber, o abismo entre o ato e seu agente (RICOUER, 2008, p. 468).

A confissão materializada em linguagem se transfigura em rememoração, este relembra, de acordo com Ricouer, estabelece “um poder de vinculação criador de história”, isto é, assente uma íntima relação entre a história e a memória. No instante em que Ricouer estabelece esse liame entre história e memória, interpretamos que, assim como língua e fala estão ligadas por um processo dialético, uma vez que “não há língua sem fala e não há fala fora da língua” (BARTHES, 1964, p. 19); história e memória também estão ligadas pelo procedimento; posto que não há história sem memória, como não há memória fora da história. Para Ricouer, é essa dialética que autoriza o reconhecimento, instituindo, desse modo, o que o filósofo chama de memória feliz.

No que concerne o plano de expressão, a sensibilidade da linguagem se manifesta, primeiramente, na seleção lexical do escritor. Eduardo Galeano escolhe trabalhar com vocábulos que permeiam o campo semântico de um ambiente administrativo. Entre eles podemos destacar os verbos: “fotocopiar”, “firmar”, “llamar” “cumplir” e “trabajar”, como também os substantivos concretos: “oficina”, “papeles”, “sevicios”, “informes”, “fichas”, “carta”, “mensajes”, “palabras”, etc.

Dessa forma, tomando as reflexões de Paul Ricouer, se o substantivo possui como atributo denotar uma estrutura singular e, ao mesmo tempo decretar “em nosso espírito”

⁷ Lista de pessoas desaparecidas, torturadas e assassinadas, no período ditatorial brasileiro. Disponível em <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>, acessado em 14 de novembro de 2016.

a condição especial de cada uma das representações realizadas a cerca dos objetos, dos seres e do mundo; percebemos que, embora o texto se configure em ficção, há o desejo de concretude do fato, que é alcançado graças ao jogo com a linguagem literária e a materialidade dos substantivos empregados na composição textual. No texto, a realidade da ação é assentida, ainda no plano da expressão, pelo modo de seleção e de organização dos elementos linguísticos no plano sintagmático da língua e, mesmo que sua axiomatica e seu gregarismo o obriguem a utilizar seu regime de funcionamento, Galeano consegue trapaceá-la.

No instante em que, Roland Barthes afirma que o texto só pode “avançar” graças aos incessantes apelos por novas unidades, parece-nos que a história, em sua dialética com a memória, só avança, em virtude de seus sucessivos apelos a memória a qual lhe oferece novos elementos, que por meio do trabalho do historiador, são analisados, interpretados e inseridos na escrita da história. Esse processo de seleção, combinação e organização mediado pelo historiador é o que consente o perpétuo movimento da história.

Eduardo Galeano não é um historiador e, por isso não busca a verdade histórica, mas enquanto escritor e, por compreender muito bem seu papel social, busca o bem. É exatamente esse bem, descrito por Todorov, que ele quer realizar. Desse modo, a personagem Avel de Alecar encontra, entre as páginas da documentação oficial, uma carta que havia sido escrita há quinze anos, possuindo como assinatura um beijo, enfatizado pelo escritor como sendo de mulher.

“La carta había sido escrita quince años antes, pero el beso que la firmaba, con labios de mujer, estaba intacto.”

Embora sejamos cientes da ficcionalidade do enredo, Galeano, por meio de sua organização sintagmática, consegue apresentar um traço sensível da história, presente não somente na ação da personagem, mas também no modo de apresentação das cartas e a maneira como foram assinadas “el beso que la firmaba” e, assim, passando a conotar as inúmeras memórias postas ao esquecimento. Interpretamos, nesse momento, que Galeano tenta combater a historiografia eloquente, pois sabe que essa desconsidera qualquer subjetivada histórica e, por isso, vai em busca de outras memórias as não ditas. Essa memória não oficial é denominada por Michael Pollak (1989), de memória subterrânea, composta por um meio heterogeneizante e subversivo da memória; possuindo como propósito, trazer a público, as lembranças esquecidas e traumatizantes, lançadas a aridez do esquecimento, em detrimento à memória nacional. Pollak enfatiza,

também, que essa memória carrega em si a particularidade e a fragmentação de lembranças e fatos do passado, mas que graças a ela, o silêncio se torna significável. Esse é o intuito de Galeano, torna o silêncio dizível. Embora, a personagem soubesse que as pessoas não fossem encontradas, o conteúdo era muito singular para serem devolvidas “a la cárcel de los archivos”. Prendê-las, novamente, significava ser conivente com silêncio, não permitindo o conhecimento e tampouco, a significação de cada uma daquelas memórias silenciadas.

Compreendemos que cada uma dessas cartas não representa, apenas, a confissão, materializada em linguagem, como bem defende Paul Ricoeur; mas também o sofrimento, a angústia e o desespero de cada uma das pessoas que tiveram seus entes queridos torturados e/ou assassinados, durante a Ditadura Militar brasileira. Estas são, na verdade, o testemunho dos sujeitos silenciados e, por esse motivo Avel de Alencar colocava selos novos em cada uma delas e as punham de volta ao correio.

“Al fin de cada noche, Avel metía en sus sobres las cartas que había encontrado, les pegaba sellos nuevos y las echaba al buzón del correo.”

Devolvê-las significa dizer o silêncio, lançando-as, agora, ao discurso da história. Esclarece-nos Paul Ricoeur (2008) que essa é real função do historiador, realizar uma interpretação crítica da memória, não com a única intenção de evidenciar fatos ou eventos, até então, negligenciados, mas sim com o intuito de promover o perdão. Argumenta ainda o filósofo, que o instaurar do perdão permite a manifestação, do que Ricoeur denominou memória feliz. Por isso, ele conclui que história e memória, distintas na maneira de trazer ao presente, o passado, estão tão intimamente relacionadas que é por meio do projeto de verdade da história e a visada de fidelidade da memória que o “pequeno milagre do reconhecimento” é possível, mas enfatiza que este não possui um equivalente na história, atribuindo-o unicamente a memória.

3. E assim, um infinito de possibilidades ...

Nosso propósito foi o de estabelecer um debate entre os limites epistemológicos traçados entre a história e a memória e, como o a linguagem literária pode se compor em um espaço fértil para a transposição desses limites. Desse modo, vimos que, embora história e memória sejam “[...] vias de acesso ao passado paralelas e obedientes e duas lógicas distintas.” (JOUTARD, 2007, p. 225). Elas acabam por se compor em processo

dialético, ou seja, não história sem memória, bem como não há memória fora da história, uma vez que o desenvolvimento da história se dá graças aos sucessivos apelos a memória que lhe disponibiliza sempre novos elementos, os quais, por meio do trabalho do historiador, são analisados, interpretados e organizados pela historiografia. Logo, será esse processo de seleção, combinação e organização, mediado pelo ele, que permite o infinito movimento de construção histórica. Partindo desse pressuposto, a literatura, mediante seu jogo com a linguagem, transforma-se em um lugar onde a hierarquia entre história e memória são desfeitas.

Também podemos perceber que mesmo o texto de Eduardo Galeano, trazendo como axioma a ficcionalidade, compõe-se em um mecanismo, no qual a história pode lançar mão para manifestar, não apenas a subjetividade do historiador, mas também a própria sensibilidade histórica. No entanto, vale ressaltar que essa sensibilidade só se manifesta, efetivamente, no discurso histórico, após os estudos produzidos pela Escola do *Annales* e, conseqüentemente, com a oportunidade do reconhecimento das infinitas memórias ignoradas em nome de uma verdade histórica.

No que diz respeito a Eduardo Galeano, não é presentão de o escritor tomar para si a escrita da história, esse trabalho é dado ao historiador, mas ele se propõe em realizar o bem, na perspectiva de Todorov (2000), trazendo para a materialidade da linguagem literária a memória emudecida, proporcionando-a a escuta.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução: Leyla Perrone-Moiséis. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. **Elementos de Semiologia**. Tradução Izidoro Bliskein. São Paulo: Cultrix, 1964.
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. In: *Mana*, n° 3, 1997, p 7-39. Disponível em <http://www.mat.uc.pt/~mat1202/LimitesEDerivadasWord.htm>. Acessado em 20 de outubro de 2016.
- HEIDEGGER, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Tradução: Maria da Conceição Costa. Lisboa, Portugal: Edições 70, Ltda. 2005.
- HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JOUTARD, Phillipe. Reconciliar história e memória? In: **Escritos/ um**. Revista da Função Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 1 , n° 1, 2007, p. 223-235.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em história, n°10, 1993, p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p. 3-17.
- RICOUER, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2008.